



# SINOPSE SINTIUS

INFORMATIVO DIÁRIO DO SINDICATO DOS URBANITÁRIOS

23/09/2019

Disponível no site <http://www.sintius.org.br>

## Pente-fino do INSS começará em outubro

A partir de outubro, segurados do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) que recebem os chamados benefícios por incapacidade – auxílio-doença e aposentadoria por invalidez – serão o foco da nova fase do pente-fino previdenciário. O objetivo do Governo Federal é combater fraudes e sanar irregularidades. As convocações devem ocorrer em breve e quem foi chamado em outras fases do programa pode ser acionado novamente. Se comprovada a fraude, o INSS poderá requisitar a devolução dos valores recebidos indevidamente, com a inscrição do nome do segurado na dívida ativa da União, além de pedir o bloqueio de bens e de contas bancárias.

O novo pente-fino do INSS é uma regra instituída pela lei 13.846/2019 e derivada da Medida Provisória 871. Agora, segundo especialistas em Direito Previdenciário, o segurado é convocado para uma nova consulta, na qual o perito vai avaliar se ele ainda está incapaz ou se tem condições de voltar a trabalhar. “Os segurados que obtiveram os benefícios legalmente não devem se preocupar.

O importante é comparecer à perícia de revisão e levar a documentação que comprova a incapacitação para o trabalho”, explica o advogado Celso Joaquim Jorgetti, especialista em Direito Previdenciário e sócio da Advocacia Jorgetti. Devem ser apresentados à perícia: atestados, laudos, relatórios (com no máximo três meses), além de laudos de exames que comprovem o estágio da doença, o seu comprometimento e a incapacidade causada.

**Leia mais:** Jornal A Tribuna – 23/09/2019

## MP da liberdade econômica é sancionada

O presidente Jair Bolsonaro sancionou sexta (20), em cerimônia no Palácio do Planalto, a Medida Provisória (MP) da Liberdade Econômica, agora convertida em lei. A MP havia sido apresentada pelo governo para diminuir a burocracia e facilitar a abertura de empresas, principalmente de micro e pequeno porte, e já havia sido aprovada pelo Senado Federal no último dia 21 de agosto.

Entre as principais mudanças, a lei flexibiliza regras trabalhistas, como dispensa de registro de ponto para empresas com até 20 empregados, e elimina alvarás para atividades consideradas de baixo risco. O texto também separa o patrimônio dos sócios de empresas das dívidas de uma pessoa jurídica e proíbe que bens de empresas de um mesmo grupo sejam usados para quitar débitos de uma empresa.

Em relação ao texto final aprovado pelo Congresso, houve quatro vetos presidenciais. Um deles, que foi negociado com o próprio Parlamento, eliminou o dispositivo que permitia aprovação automática de licenças ambientais.

O governo vetou um item da MP, alterado pelos parlamentares durante a tramitação, que flexibiliza testes de novos produtos ou serviços. Na justificativa do veto, o presidente argumentou que a redação, tal como veio do Legislativo, “permitiria o uso de cobaias humanas sem qualquer protocolo de proteção, o que viola não só a Constituição, mas os tratados internacionais para testes de novos produtos”.

Outro dispositivo vetado permitia a criação de um regime de tributação fora do direito tributário. O veto foi solicitado pelo Ministério da Economia, segundo o Palácio do Planalto. Foi vetado ainda o dispositivo que previa a entrada em vigor da nova lei em 90 dias. Com isso, a MP da Liberdade Econômica já entra em vigor a partir da publicação no Diário Oficial da União (DOU), que ocorrerá em edição extra nesta sexta-feira.

**Leia mais:** Agência Brasil - <http://cnti.org.br/html/noticias.htm>

## Reforma da Previdência pode ser votada em 1º turno nesta terça-feira

A reforma da Previdência terá um capítulo decisivo nesta semana. Está marcada para a próxima terça-feira (24), no plenário do Senado, a votação em primeiro turno da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) da reforma. Segundo parlamentares, o clima é favorável a uma aprovação.

A presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), Simone Tebet (MDB-MS), disse que a reforma da Previdência está “blindada”. Pela manhã, será votado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), o relatório referente às emendas recebidas em plenário. Após a PEC para o plenário. A expectativa é cumprir o calendário, votando em segundo turno no dia 10 de outubro. “Na semana seguinte, começaremos a votação em segundo turno. Em 10 de outubro, temos condições de entregar para o Brasil a reforma da Previdência”, disse Tebet. Na primeira passagem da reforma pela CCJ, o relator da PEC, Tasso Jereissati (PSDB-CE), leu e submeteu seu parecer à comissão, que foi aprovado por 18 votos a 7 e levado ao plenário. No plenário, foram realizadas cinco sessões de discussão do tema.

Nem todas as sessões reservadas à reforma tiveram um quórum alto. Em algumas, poucos senadores pediram espaço para fala. O deputado Paulo Paim (PT-RS) pediu alteração das regras de aposentadoria especial, para profissões danosas à saúde e mudanças nas regras de pensão por morte.

Em seu relatório, referente às emendas de plenário, Jereissati rejeitou 76 emendas recebidas no plenário do Senado que poderiam modificar a proposta e obrigar a volta do texto à análise dos deputados. O relator, no entanto, mudou a redação sobre o ponto que trata da criação de uma alíquota de contribuição mais baixa para os trabalhadores informais. Cientes de que o relator não fará mudanças que provoquem a volta do texto à Câmara, alguns senadores jogam suas fichas na chamada PEC Paralela. A PEC, também relatada pelo tucano, promete trazer regras mais benéficas aos trabalhadores e foi criada para evitar alterações na PEC principal e, conseqüentemente, possibilitar uma aprovação em outubro.

A expectativa de Jereissati e Tebet é que haja uma diferença de 15 dias entre as votações da PEC original e as votações da paralela. No caso desta, porém, a aprovação definitiva ainda levará tempo, uma vez que ainda precisa ser apreciada pela Câmara dos Deputados.

Fonte: Agência Senado - <http://cnti.org.br/html/noticias.htm>

## Confiança da indústria recua 0,2 ponto na prévia de setembro

A confiança dos empresários da indústria recuou 0,2 ponto na prévia de setembro deste ano em relação ao resultado consolidado de agosto e chegou 95,4 pontos, em uma escala de zero a 200 pontos. O dado foi divulgado na sexta (20) pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). A queda foi provocada pela piora da avaliação do empresariado sobre o futuro, já que o Índice de Expectativas caiu 0,7 ponto e passou para 95 pontos. Por outro lado, a confiança no momento presente subiu 0,2 ponto e atingiu 95,8 pontos. O resultado preliminar de setembro sinaliza queda de 0,2 ponto percentual do Nível de Utilização da Capacidade Instalada da Indústria (NUCI), para 75,6%.

Fonte: Agência Brasil - <http://cnti.org.br/html/noticias.htm>



**ELEIÇÕES SINDICAIS  
SINTIUS**

**8 E 9 DE OUTUBRO**